



**Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2017
e relatório de revisão dos auditores independentes**

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2017

Índice

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias..... 3

Demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais 6
Demonstrações de resultados no período de seis meses..... 8
Demonstrações de resultados no período de três meses 9
Demonstrações do resultado abrangente no período de seis meses..... 10
Demonstrações do resultado abrangente no período de três meses 10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual 11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado..... 12
Demonstrações dos fluxos de caixa 13
Demonstração do valor adicionado..... 14
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 15

Relatório dos auditores independentes sobre a demonstração financeira intermediária individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia CELG de Participações – CELGP

Goiânia – GO

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da **COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES S/A – CELG PAR** (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os

aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Passivo a descoberto

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia, está com um passivo a descoberto no montante de R\$(1.823.062) mil, dependerá da capacidade de realização de seus ativos e seus investimentos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A Companhia detém para o saneamento parcial da situação de passivo a descoberto junto ao estado de Goiás referente a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, que totalizaram em 30 de junho de 2017 o montante de R\$1.422.416 mil. Adicionalmente, destacamos que o saldo do passivo a descoberto da Companhia totaliza o montante de R\$ 400.646 mil, se houver a integralização do AFAC. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado.

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Entretanto, em decorrência da relevância dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias”, não nos foi possível também obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre esta demonstração em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Conseqüentemente, não expressamos conclusão sobre a DVA acima referida.

Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 25 da Companhia, em 30 de junho de 2017, não possui apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, a Companhia está em tratativas acerca deste assunto por atividade.

“Ênfase”

“Acordos de Colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência de sua companhia ligada JBS S.A. e sua controladora indireta J&F Investimentos S.A.”

“Salientamos que a parte relacionada CELG GT, detém em sua demonstração financeira e relatório dos auditores a seguinte menção informado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis intermediárias, é de conhecimento público, que em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da sua companhia ligada JBS S.A. e sua controladora indireta J&F Investimentos S.A. (J&F) celebraram acordos de colaboração de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República (PGR), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal – STF. Os acordos preveem o pagamento de multas, por parte desses executivos, bem como a colaboração com o Ministério Público Federal (MPF), acerca de todos os fatos relatados àquela autoridade, dentre outras obrigações. Em junho de 2017, a J&F, celebrou acordo de leniência com o Ministério Público Federal (“MPF”) (“Acordo), o qual está pendente de homologação pela 5ª Câmara do MPF e de levantamento de sigilo. O Acordo prevê o pagamento de R\$ 10,3 bilhões em 25 anos, a serem pagos exclusivamente pela J&F e diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfied e demais anexos constantes do acordo. Importante ressaltar que a Companhia e seus executivos não são alvos de nenhuma das operações acima mencionadas, não trazendo qualquer ônus e responsabilidade por pagamentos. Embora o acordo tenha sido celebrado pela J&F, o acordo protege também suas controladas diretas e indiretas contra eventuais ações a serem propostas pelo MPF. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.”

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial individual e consolidadas, referente ao período de 30 de junho de 2016 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), foram auditados, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datados de 12 de agosto de 2016, respectivamente, praticamente com a mesma ênfase e similar descrita acima.

Blumenau (SC), 14 de agosto de 2017.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**Balancos Patrimoniais**

Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	
<u>Ativo circulante</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	680.971	246	701.596	40.810
Consumidores	6	-	-	8.706	7.549
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	(306)	(235)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	10	-	-	260.343	117.558
Devedores diversos	7	7.341	1.107.327	14.532	1.115.567
Transações com partes relacionadas	32	60.666	59.741	-	-
Outros créditos	8	245	1	245	1
Estoques	9	-	-	2.753	2.768
Despesas antecipadas	-	23	-	829	588
Total do ativo circulante		749.246	1.167.315	988.698	1.284.606
<u>Não circulante</u>					
Devedores diversos	7	122.702	122.702	126.178	124.463
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	10	-	-	521.232	551.935
Transações com Partes Relacionadas	32	3.211	5.218	-	-
Outros Créditos	8	-	-	1.167	15.871
Total do realizável a longo prazo		125.913	127.920	648.577	692.269
Investimentos	11	754.391	678.020	152.309	135.225
Imobilizado	12	21	4	10.997	11.348
Intangível	13	-	-	7.314	432
Total do ativo não circulante		880.325	805.944	819.197	839.274
Total do ativo		1.629.571	1.973.259	1.807.895	2.123.880

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Balancos Patrimoniais
Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
<u>Passivo circulante</u>					
Fornecedores	16	2	27	10.653	6.209
Obrigações sociais e trabalhistas	21	-	-	859	1.254
Tributos e contribuições sociais	17	2.607	292.962	5.606	295.310
Obrigações estimadas	18	232	78	3.789	2.829
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	4.551	3.481
Encargos setoriais	19	-	-	1.756	2.170
Outros credores	21	43	14	487	463
Total do passivo circulante		2.884	293.081	27.701	311.716
<u>Não circulante</u>					
Adiantamentos para futuro aumento de capital	14	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	2.117	4.858
Encargos setoriais	19	-	-	2.532	2.316
Provisões para contingências	20.a	20	20	6.864	5.697
Provisões com benefícios pós-emprego	20.b	583	583	653	653
Outros credores	21	-	-	141.944	118.975
Transações com partes relacionadas	32	2.026.730	2.157.785	2.026.730	2.157.875
Total do passivo não circulante		3.449.749	3.580.804	3.603.256	3.712.790
<u>Patrimônio líquido</u>					
Capital realizado	22	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	22	(2.785.105)	(2.862.669)	(2.785.105)	(2.862.669)
Outros resultados abrangentes	22	(11.721)	(11.721)	(11.721)	(11.721)
Total do patrimônio líquido		(1.823.062)	(1.900.626)	(1.823.062)	(1.900.626)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.629.571	1.973.259	1.807.895	2.123.880

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP

Demonstração dos resultados

Em 30 de junho de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2017 - 30/06/2017	01/01/2016 - 30/06/2016	01/01/2017 - 30/06/2017	01/01/2016 - 30/06/2016
Receita operacional líquida	23	-	-	118.183	45.347
Custo operacional	24	-	-	(41.042)	(39.545)
Lucro operacional bruto		-	-	77.141	5.802
Despesas operacionais	24	(2.089)	(1.330)	(15.225)	(13.084)
Lucro/Prejuízo operacional		(2.089)	(1.330)	61.916	(7.282)
Outras receitas	23	60	860	298	955
Resultado antes das receitas/despesas financeiras		(2.029)	(470)	62.214	(6.327)
Receita financeira	28	38.212	3.973	40.543	11.241
Despesas financeiras	28	(3.173)	(70.559)	(4.192)	(71.445)
Resultado financeiro	28	35.039	(66.586)	36.351	(60.204)
Resultado de equivalência patrimonial/ganhos em participações		55.765	130.286	13.276	130.561
Resultado antes dos impostos		88.775	63.230	111.841	64.030
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	29	(11.211)	-	(11.211)	(800)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29	-	-	(23.066)	-
Resultado líquido das operações em continuidade		77.564	63.230	77.564	63.230
Resultado líquido das operações das descontinuidades		-	-	-	-
Lucro líquido do período		77.564	63.230	77.564	63.230
	30				
Resultado por ação ordinária - básico		2,367	1,929	2,367	1,929
Resultado por ação ordinária - diluído		2,367	1,929	2,367	1,929

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR

Demonstração dos resultados

Em 30 de junho de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/04/2017 - 30/06/2017	01/04/2016 - 30/06/2016	01/04/2017 - 30/06/2017	01/04/2016 - 30/06/2016
Receita operacional líquida	23	-	-	54.319	34.011
Custo operacional	24	-	-	(18.236)	(26.251)
Lucro operacional bruto		-	-	36.083	7.760
Despesas operacionais	24	(1.042)	(706)	(8.307)	(7.206)
Lucro/Prejuízo operacional		(1.042)	(706)	27.776	554
Outras receitas	23	60	430	(65)	472
Resultado antes das receitas/despesas financeiras		(982)	(276)	27.711	1.026
Receita financeira	28	23.906	1.995	24.610	5.474
Despesas financeiras	28	(2.218)	(35.660)	(2.702)	(36.114)
Resultado financeiro	28	21.688	(33.665)	21.908	(30.640)
Resultado de equivalência patrimonial/ganhos em participações		21.975	144.836	3.715	140.931
Resultado antes dos impostos		42.681	110.895	53.334	111.317
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	29	(7.033)	-	(6.400)	(422)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29	-	-	(11.286)	-
Resultado líquido das operações em continuidade		35.648	110.895	35.648	110.895
Resultado líquido das operações das discontinuidades		-	-	-	-
Lucro líquido do período		35.648	110.895	35.648	110.895
	30				
Resultado por ação ordinária - básico		1,088	3,384	1,088	3,384
Resultado por ação ordinária - diluído		1,088	3,384	1,088	3,384

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**Demonstração dos resultados abrangentes**

Em 30 de junho de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2017 - 30/06/2017	01/01/2016 - 30/06/2016	01/01/2017 - 30/06/2017	01/01/2016 - 30/06/2016
Lucro líquido do período	77.564	63.230	77.564	63.230
Resultado Abrangente do Período	77.564	63.230	77.564	63.230

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**Demonstração dos resultados abrangentes**

Em 30 de junho de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2017 - 30/06/2017	01/04/2016 - 30/06/2016	01/04/2017 - 30/06/2017	01/04/2016 - 30/06/2016
Lucro líquido do período	35.648	110.895	35.648	110.895
Resultado Abrangente do Período	35.648	110.895	35.648	110.895

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Individual
Em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital realizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Resultados abrangentes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	3.074	-	3.074
Lucro Líquido do Período	-	63.230	-	63.230
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>-</u>	<u>66.304</u>	<u>-</u>	<u>66.304</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>973.764</u>	<u>(2.862.669)</u>	<u>(11.721)</u>	<u>(1.900.626)</u>
Lucro Líquido do Período	-	77.564	-	77.564
Saldos em 30 de junho de 2017	<u><u>973.764</u></u>	<u><u>(2.785.105)</u></u>	<u><u>(11.721)</u></u>	<u><u>(1.823.062)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Consolidado
Em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital realizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Resultados abrangentes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	973.764	(4.306.695)	(11.552)	(3.344.483)
Lucro líquido do período	-	63.230	-	63.230
Saldos em 30 de junho de 2016	973.764	(4.243.465)	(11.552)	(3.281.253)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)
Lucro líquido do período	-	77.564	-	77.564
Saldos em 30 de junho de 2017	973.764	(2.785.105)	(11.721)	(1.823.062)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto****Em 30 de junho de 2017****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Atividades operacionais				
<u>Recebimentos:</u>				
Recebimentos de Clientes	-	-	34.272	33.723
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedores	(364)	(385)	(6.225)	(4.704)
- Salários e Encargos	(1.437)	(823)	(18.024)	(12.778)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(261)	(4)	(1.065)	(859)
- Tributos	(295.281)	(6)	(305.120)	(18.066)
Resultado Financeiro	23.897	19	26.701	4.557
Fluxo de caixa operacional líquido	(273.446)	(1.199)	(269.461)	1.873
Atividades de investimentos				
- Caixa Usado no Imobilizado, Investimentos	-	-	(56.965)	(51.983)
- Devolução de recursos estado de Goiás	(131.055)	-	(131.055)	-
- Adiant. para futuro aumento de capital em controlada	(20.606)	-	-	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	2.589	538
- Recebimento de Alienação de Participação Societária	1.104.303	-	1.104.303	-
- Outros	60	-	12.787	(207)
Fluxo de caixa – investimentos líquidos	952.702	-	931.659	(51.652)
Atividades de financiamentos				
- Recebimento de Mútuo com Controlada	1.469	-	-	-
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(1.412)	(1.680)
- Recebimento de Empréstimos Concedidos	-	-	-	49.110
Fluxo de caixa – financiamentos líquidos	1.469	-	(1.412)	47.430
Caixa líquido do período	680.725	(1.199)	660.786	(2.349)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	246	1.690	40.810	72.943
Saldo final de caixa e equivalentes	680.971	491	701.596	70.594
	680.725	(1.199)	660.786	(2.349)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**Demonstração dos valores adicionados****Em 30 de junho de 2017****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receita Operacional	-	-	98.301	33.501
Receita de Construção de Ativos Próprios	-	-	29.619	19.870
Provisões/Reversões - Créditos Liquidação Duvidosa	-	-	(71)	(18)
Outros Resultados	60	860	60	6.572
	60	860	127.909	59.925
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos prod. das merc. e dos serviços vendidos	-	-	342	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	198	264	32.290	24.570
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-	-	-	5.746
Outros Custos Operacionais	111	95	3.416	1.589
	309	359	36.048	31.905
VALOR ADICIONADO BRUTO	(249)	501	91.861	28.020
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO				
Depreciação, amortização e exaustão	1	1	473	823
	1	1	473	823
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	(250)	500	91.388	27.197
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	38.212	3.973	40.739	11.620
Receitas de Aluguéis e Dividendos	-	-	102	103
Resultado da Equivalência Patrimonial	55.765	130.286	13.276	130.561
	93.977	134.259	54.117	142.284
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	93.727	134.759	145.505	169.481
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	1.570	879	16.562	16.024
GOVERNO	11.420	91	47.198	18.782
FINANCIADORES	3.173	70.559	4.181	71.445
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	77.564	63.230	77.564	63.230
TOTAL	93.727	134.759	145.505	169.481

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 Contexto operacional da CELGP

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participação societária na seguinte sociedade, na data-base de 30 de junho de 2017:

CONTROLADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT	100 %

2. Contexto operacional da controladora CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGP, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT detém junto à ANEEL as seguintes concessões:

Geração	Localidade	Estado	Contrato	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:							
São Domingos	Rio São Domingos	GO	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mambaí	Rio Corrente	GO	62/2000	17/01/1973	07/07/2015	0,350	0,350
Mosquito	Rio Mosquito	GO	62/2000	25/08/2000	07/07/2015	0,360	0,360
Rochedo	Rio Meia Ponte	GO	02/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	4,000
						16,710	16,710

São Domingos: Apesar da concessão estar vencida, a CELG GT continua operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia - MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da CELG GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao MME, bem como na esfera judicial. O MME, por intermédio da Portaria nº 218, de 15 de maio de 2015, também determinou a promoção do leilão desta concessão, sendo que a CELG GT conseguiu, por via judicial, retirá-la do certame. O Anexo I da Portaria nº 218 foi alterado pela Portaria nº 300, de 24 de junho de 2015, retirando a Usina de São Domingos da licitação.

Mambaí: A CGH Mambaí foi extinta em função do seu alagamento para construção da PCH Mambaí II. Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da citada Pequena Central Hidrelétrica Mambaí II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que a CGH Mambaí I deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A forma de pagamento se dá através da entrega dos montantes descritos acima na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Mosquito: A CGH Mosquito está paralisada e o sítio encontra-se em estudo, para implantação do aproveitamento ótimo, em fase de licenciamento ambiental. As Centrais de Geração Hidrelétrica estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicado ao órgão regulador o seu funcionamento para fins de registro.

Rochedo: A concessão da Usina Rochedo venceu em 07/07/2015. Contudo, a CELG GT continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia - MME, até a data de 04/01/2016. A partir de 05/01/2016 começou a vigorar o Contrato de concessão nº 02/2016 para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Transmissão	Localidade	Contrato de concessão	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA/MVAr) Subestações	Extensão (km) Linhas de transmissão
Subestações e linhas:						
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	2.154	725
Rede básica ²	Goiás / Minas Gerais	03/2015	06/03/2015	06/03/2045	-	11
Rede básica ³	Goiás	04/2016	20/01/2016	20/01/2046	300	-
					2.454	736

¹ Concessão composta por 12 subestações de transmissão de 230 kV e 14 linhas de transmissão na tensão de 230 kV.

² Concessão composta pela LT 230 kV Itumbiara - Paranaíba - C2. Em fase pré-operacional.

³ Concessão composta pela SE 500 kV Luziânia - Compensador Estático 500 kV - (-150/+300) Mvar. Em fase pré-operacional.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 32-a – Outras Informações, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVACÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1). Não exercido para as Usinas de Rochedo, Mosquito e Mambaí; 2). Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAP desta atividade.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
02/2016 (a)	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
03/2015	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
04/2016	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

(a) A Controlada Celg GT efetuou a reclassificação deste contrato de concessão do Ativo Imobilizado para o Ativo Financeiro no 2º trimestre de 2016, visto o mesmo encontrar-se dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1).

3. Bases de elaboração e apresentação

As informações trimestrais individuais, identificadas como “Controladora” e as informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho Fiscal em 14 de agosto de 2017.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas informações trimestrais consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.4 e 3, daquelas demonstrações financeiras.

3.3. Procedimentos de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações trimestrais da CELGP e de sua controlada, ativos e passivos de operações em conjunto e entidades estruturadas consolidadas.

A companhia não apresentou alterações significativas no conjunto de empresas consolidadas no período findo em 30 de junho de 2017, em relação a 31 de dezembro de 2016.

4. Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as principais práticas contábeis, constantes na nota explicativa 2 das demonstrações financeiras do exercício de 2016, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais – ITR de 30 de junho de 2017.

4.1. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas adotaram todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 30 de junho de 2017. Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2016.

A Companhia adotará, se aplicável, tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários a vista	1	-	290	130
Aplicações financeiras de curto prazo	680.970	246	701.306	40.680
Total	680.971	246	701.596	40.810

As aplicações financeiras correspondem às seguintes aplicações:

- Banco Cooperativo do Brasil S.A. – SICOOBJURISCREDCELG, na modalidade RDC – Longo Pós CDI;
- Caixa Econômica Federal – CAIXA, na modalidade CDB FLEX Empresarial;
- Banco Itaú S.A., em fundos de investimento;
- Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., em CDB; e
- Banco Bradesco S.A., em CDB.

Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado, e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI, e liquidez a partir de 30 (trinta) dias.

6. Consumidores

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		
Concessionárias		
- Suprimento	719	866
- Encargos de uso da rede elétrica	6.491	6.493
- Energia Elétrica de Curto Prazo	1.496	156
TOTAL CIRCULANTE	8.706	7.549

Composição do Contas a Receber:

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	VINCENDOS	30/06/2017			PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 30/06/2017	SALDO 30/06/2017
		VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 30/06/2017		
Concessionárias						
Suprimento	636	9	74	719	-	719
Encargos Uso Rede Elétrica	5.901	178	412	6.491	-	6.491
Energia Elétrica de Curto Prazo	457	547	492	1.496	-	1.496
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(306)	(306)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.994	734	978	8.706	(306)	8.400
TOTAL DO CIRCULANTE	6.994	734	978	8.706	(306)	8.400

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSUMIDORES	31/12/2016					
	VINCENDOS	VENCIDOS	VENCIDOS	TOTAL	PROV. P/CRÉD	SALDO
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS	31/12/2016	LIQ. DUVID. 31/12/2016	31/12/2016
Concessionárias						
Suprimento	789	26	51	866	-	866
Encargos Uso Rede Elétrica	6.053	121	319	6.493	-	6.493
Energia Elétrica de Curto Prazo	156	-	-	156	-	156
Outras Rendas	34	-	-	34	-	34
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(235)	(235)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	7.032	147	370	7.549	(235)	7.314
TOTAL DO CIRCULANTE	7.032	147	370	7.549	(235)	7.314

a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.

b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no trimestre findo em 30 de junho de 2017:

	CONSOLIDADO
	Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	235
Provisão no período	71
Saldo em 30 de junho de 2017	306

c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Devedores diversos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	30/06/2017		31/12/2016		30/06/2017		31/12/2016	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CRÉDITOS FISCAIS								
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	-	-	-	-	1.552	-	868	-
CSLL - Antecipação do Tributo Anual	-	-	-	-	132	-	-	-
CSLL Retida na Fonte	-	-	-	-	61	-	-	-
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	-	-	-	-	3.767	-	4.106	-
Outras Antecipações	-	-	-	-	232	-	1.364	-
Outros Tributos Federais - inclui IOF	89	-	-	-	89	-	-	-
SUBTOTAL	89	-	-	-	5.833	-	6.338	-
DEMAIS DEVEDORES DIVERSOS								
Fornecedores	-	-	-	-	11	-	-	-
Empregados	-	-	-	-	1	-	1	-
Celg Distribuição S.A. - Celg D - Mútuo Celgpar (a)	7.252	122.702	3.024	122.702	7.252	122.702	3.024	122.702
Enel Brasil S.A. (b)	-	-	1.104.303	-	-	-	1.104.303	-
Outros	-	-	-	-	1.435	3.476	1.901	1.761
SUBTOTAL	7.252	122.702	1.107.327	122.702	8.699	126.178	1.109.229	124.463
TOTAL GERAL	7.341	122.702	1.107.327	122.702	14.532	126.178	1.115.567	124.463

(a) Contrato particular de mútuo financeiro efetuado entra a Celgpar e a Celg D, no exercício social de 2014, com carência de 3 anos e remunerado à 6,8% a.a.;

(b) Valor a receber da Enel Brasil S.A., objeto da alienação de 49% das ações da Celg D, referente ao leilão destas ocorrido em 30 de novembro de 2016.

8. Outros créditos

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	30/06/2017		31/12/2016		30/06/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	15.539
Depósitos Judiciais e Cauções	245	-	1	-	245	1.167	1	332
Total	245	-	1	-	245	1.167	1	15.871

9. Estoques

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

	CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016
Estoques	2.753	2.768
Total	2.753	2.768

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo financeiro – Bens da concessão de geração e transmissão

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de geração (Usina Rochedo) e transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão. Os valores abaixo refletem a situação destes ativos:

ATIVO FINANCEIRO CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO					
		30/06/2017			31/12/2016		
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	244.235	456.574	700.809	108.632	485.848	604.480
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	3.436	16.597	20.033	3.352	15.454	18.806
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	2.614	6.393	9.007	596	5.083	5.679
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	6.299	10.149	16.448	4.978	18.229	23.207
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	3.759	31.519	35.278	-	17.321	17.321
		260.343	521.232	781.575	117.558	551.935	669.493

Abaixo a movimentação do Ativo Financeiro – Bens da Concessão:

ATIVO FINANCEIRO CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO							30/06/2017
		31/12/2016	Receita Financeira da Concessão	Serviços de Construção ou Melhoria	Serviços de Operação e Manutenção	Recebimentos (RAP/RAG) ou Indenização	Laudo RBSE/RPC	Outras Adições e Baixas	
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	604.480	31.203	7.956	19.355	(28.688)	37.279	28.624	700.809
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	18.806	1.227	-	1.815	(1.815)	-	-	20.033
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	5.679	358	4.856	-	-	-	(1.886)	9.007
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	23.207	907	1	1.314	(2.019)	-	(6.962)	16.448
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	17.321	1.151	16.806	-	-	-	-	35.278
		669.493	34.946	29.619	23.084	(32.522)	37.279	19.776	781.575

No contexto da Controlada Celg GT observa-se que no dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (“MP 579”) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes e principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela indenização dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para fins de indenização, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783, critérios estes aplicáveis, por sua vez à Controlada Celg GT.

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, foi apresentado à ANEEL o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 (“Laudo de Avaliação”), para fins do processo de indenização das instalações da

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE (“RBSE”) prevista no Artigo 15, § 2º da Lei 12.783/2013. Em 31 de julho de 2015, a Controlada Celg GT protocolou na ANEEL o Laudo de Avaliação dos Ativos elaborado por empresa independente credenciada pela agência reguladora, relativo aos bens existentes em 31 de maio de 2000, cujo montante pleiteado para efeitos de reconhecimento totalizava R\$ 254.376 mil. Em 07 de junho de 2016, através do Despacho nº 1.505, foi homologado pela ANEEL o montante de R\$ 227.104 mil, relativo às instalações da RBSE.

O valor contábil, até então mantido pelo custo histórico, dos gastos relacionados aos investimentos, ampliações e/ou melhorias nos ativos da RBSE, referente à concessão prorrogada de transmissão perfaziam R\$ 138.498 mil, na data base de 30.09.2016, devidamente escriturados na Controlada Celg GT.

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das indenizações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados RBSE e demais Instalações de Transmissão – RPC (“RPC”), não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

São abrangidos pela Portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando a Controlada Celg GT teve antecipado o vencimento do Contrato de Concessão nº 063/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013 (conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

- Pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017, sendo que a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado à Base de Remuneração Regulatória;
- O custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio. A partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos;
- Para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da Administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL.

A referida Portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória da Controlada Celg GT, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de remunerar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pela Controlada Celg GT possa ser incluído nos referidos valores.

Em 30 de junho de 2017, a Controlada Celg GT efetuou sua estimativa dos valores atualizados até essa data, conforme Nota Técnica nº 336/2016-SGT/ANEEL, reconhecendo contabilmente o devido ajuste nos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão, conforme quadro abaixo:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transmissão	30/06/2017	31/12/2016
Saldo histórico dos ativos RBSE/RPC	138.498	138.498
Diferença entre o VNR e o saldo histórico	88.606	88.606
Valor homologado pela ANEEL	227.104	227.104
Atualização - IPCA e remuneração	277.921	240.642
Valor total do ativo financeiro atualizado	505.025	467.746
Efeitos no Resultado	30/06/2017	31/12/2016
Receita operacional	366.527	329.248
Provisão de imposto de renda e contribuição social	- 124.619	- 111.944
Efeito líquido	241.908	217.304

11. Investimentos

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	733.783	678.018	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	20.606	-	-	-
Participações Societárias Permanentes (c)	2	2	47	46
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	65.657	63.588
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	4.575	4.537
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	31.167	29.201
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	31.639	18.780
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	19.588	19.271
Firminópolis Transmissão S.A. (f)	-	-	(364)	(198)
TOTAL	754.391	678.020	152.309	135.225

(a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Acionistas - Energética Corumbá III ECIII	Participação
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
Geração CIII S.A.	15,6%
Energy Power Ltda.	2,9%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	100,0%

(b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Empreendimento:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
TOTAL		100,0%

A Energética Fazenda Velha registrou em seu Balancete Patrimonial de 31 de janeiro de 2016, ajustes do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, determinados pelos seus Auditores Independentes, no valor negativo de R\$ 162 mil, acarretando a reapresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 31 de dezembro de 2016.

(c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB JURISCREDCELG).

(d) SPE referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

- LOTE B: LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2
 SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA
 LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea)
 LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3
- LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA - MS

A Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. alterou seu Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2015, após a Controlada Celg GT ter registrado a Equivalência Patrimonial, fundamentada em informações oficiais encaminhadas por esta investida, quando da autorização para a divulgação das Demonstrações Financeiras da Controlada Celg GT. Desta forma, foi reconhecido ajuste do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, no valor positivo de R\$ 1.819 mil, acarretando a reapresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 31 de dezembro de 2016.

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
Total		100,0%

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
Total		100,0%

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A.:

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Abaixo a distribuição do quadro societário deste empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
Total		100,0%

(f) SPE Firminópolis Transmissão S.A.:

A Controlada Celg GT participou do Leilão ANEEL nº. 05/2015, tendo vencido o Lote L, para a construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, referente à LT 230 kV Trindade – Firminópolis. Para a implantação e exploração desse empreendimento foi constituída, em fevereiro de 2016, a SPE Firminópolis Transmissão S.A., sendo a participação da Controlada Celg GT de 49% (quarenta e nove) por cento do capital social.

11.1. Investimentos Diretos em Controlada

As principais informações sobre os investimentos em Controlada são apresentadas a seguir:

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>INVESTIMENTO DA CELGP</u>	
	<u>CONTROLADA</u>	
	<u>CELG GERAÇÃO E</u>	
	<u>TRANSMISSÃO S.A.</u>	
	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Capital Social da Controlada	378.325	378.325
Quantidade de Ações	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada - Apresentado Anteriormente	678.018	377.663
Ajuste de Exercício Anterior no Patrimônio Líquido da Controlada (c)	-	3.074
Patrimônio Líquido da Controlada - Após Ajuste de Exercício Anterior	678.018	380.737
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	678.018	380.737
Aumento de Capital na Controlada	-	112.819
Outros Resultados Abrangentes (b)	-	(70)
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada (b)	55.765	242.484
Dividendos mínimos obrigatórios - Controlada	-	(57.952)
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada	733.783	678.018

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, sendo que as principais taxas de depreciação, por macroatividade, estão discriminadas na Resolução nº 674, de 11 de agosto de 2015. O valor recuperável destes ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	30/06/2017				31/12/2016
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	35	10,00%	(14)	21	4
TOTAL	35		(14)	21	4

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	30/06/2017				31/12/2016
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	3.184	2,85%	(1.891)	1.293	1.325
Terrenos	1	0,00%	-	1	1
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	527	3,69%	(525)	2	164
Máquinas e Equipamentos	3.717	4,59% e 6,54%	(2.151)	1.566	2.352
Veículos	923	6,43%	(305)	618	394
Móveis e Utensílios	293	10% e 6,43%	(74)	219	48
Subtotal	8.645		(4.946)	3.699	4.284
Em curso:					
Geração	3.373		-	3.373	3.334
Administração Central	3.925		-	3.925	3.730
Subtotal	7.298		-	7.298	7.064
TOTAL	15.943		(4.946)	10.997	11.348

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO					Saldos em 30/06/2017		
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências		Outros	Depreciação
Imobilizado em Serviço - Geração	-	-	(1)	(1)	1.350	-	(3)	-	(1)	(35)	1.311
Imobilizado em Serviço - Administração Central	4	18	-	22	2.934	18	-	-	(258)	(306)	2.388
Total em Serviço	4	18	(1)	21	4.284	18	(3)	-	(259)	(341)	3.699
Imobilizado em Curso - Geração	-	-	-	-	3.334	38	-	-	1	-	3.373
Imobilizado em Curso - Administração Central	-	-	-	-	3.730	247	-	-	(52)	-	3.925
Total em Curso	-	-	-	-	7.064	285	-	-	(51)	-	7.298
Total do Imobilizado	4	18	(1)	21	11.348	303	(3)	-	(310)	(341)	10.997

a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para a aplicação na concessão.

b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.

c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e transmissão.

Nos termos do item 79 da NBC TG 27 - R3 (Ativo Imobilizado), apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;
- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: R\$14.547 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Ativo intangível

O saldo consolidado em 30 de junho de 2017 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016
Ativo Intangível em Curso	7.314	432
TOTAL	7.314	432

Movimentação do Ativo Intangível no período:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2016	CONSOLIDADO		Saldos em 30/06/2017
		Adições / Unitizações	Amortização	
Intangível	432	7.014	(132)	7.314
Total do Intangível	432	7.014	(132)	7.314

14. Adiantamentos para futuro aumento de capital

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416
TOTAL	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta empresa em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ações ordinárias). Além deste montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 mil para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 30 de junho de 2017 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 38.305 mil.

15. Empréstimos e financiamentos

São detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	30/06/2017		31/12/2016	
	PRINCIPAL		PRINCIPAL	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
EM MOEDA NACIONAL				
Eletrobras (b)	2.717	-	2.329	1.553
Eletra (a)	1.834	2.117	1.152	3.305
Total em Moeda Nacional	4.551	2.117	3.481	4.858

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. ELETTRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETTRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- b. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobras e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- c. Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:

- Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
- Aplicações Financeiras.

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 30/06/2017				CONSOLIDADO - 31/12/2016			
INDEXADOR	Eletrobras	Eletra	Total	INDEXADOR	Eletrobras	Eletra	Total
SEM INDEXADOR	2.717	-	2.717	SEM INDEXADOR	3.882	-	3.882
INPC	-	3.951	3.951	INPC	-	4.457	4.457
Total	2.717	3.951	6.668	Total	3.882	4.457	8.339

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 30/06/2017			
Ano	Eletrobras/ Outras		Total
	Eletra	Instituições	
2017	594	1.164	1.758
2018	1.240	1.553	2.793
2019	1.314	-	1.314
2020	803	-	803
Total	3.951	2.717	6.668

16. Fornecedores

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica				
- Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	51	51
- Imobilizações em Curso	-	-	9.374	5.286
TOTAL	-	-	9.425	5.337
Materiais e Serviços				
TOTAL	2	27	1.228	872
	2	27	10.653	6.209

17. Tributos e contribuições sociais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
INSS A PAGAR	47	44	586	582
INSS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	962	708
INSS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	171	88
PIS - CORRENTE	-	-	107	83
PIS - RETIDO NA FONTE	-	1	3	4
COFINS - CORRENTE	-	-	523	392
COFINS - RETIDO NA FONTE	-	1	15	14
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	2.489	292.761	2.489	292.761
IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE	22	23	61	34
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	-	-	21	5
IOF	-	123	-	123
ISS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	180	72
FGTS A PAGAR	9	9	164	250
FGTS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	267	194
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	40	-	40	-
OUTROS	-	-	17	-
Total	2.607	292.962	5.606	295.310

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações estimadas

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Folha de Pagamento	232	78	3.789	2.829
Total circulante	232	78	3.789	2.829

- a) Referem-se às estimativas das obrigações de férias, 13º salário e encargos sobre a folha de pagamento dos empregados da Celgpar e Controlada Celg GT.

19. Encargos setoriais

	CONSOLIDADO			
	<u>30/06/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>CIRCULANTE</u>	<u>NAO CIRCULANTE</u>	<u>CIRCULANTE</u>	<u>NAO CIRCULANTE</u>
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	15	-	16	-
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	43	-	58	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.467	-	1.844	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	43	2.532	43	2.316
Programa de Inc. Fontes Alternativas - PROINFA	188	-	209	-
Total	1.756	2.532	2.170	2.316

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisões para contingências e com benefícios pós-emprego

20.a – Provisões para contingências:

		CONTROLADORA								
		30/06/2017			31/12/2016					
		VALOR DA PROVISÃO			VALOR DA PROVISÃO					
		No Exercício		Provisão	Depósitos		No Exercício		Provisão	Depósitos
		Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais
Não circulante										
Trabalhistas / Regulatórias										
Diversos		-	B.1	-	20	245	-	-	20	1
	Total Trabalhistas	-		-	20	245	-	-	20	1
Total não circulante		-		-	20	245	-	-	20	1

		CONSOLIDADO								
		30/06/2017			31/12/2016					
		VALOR DA PROVISÃO			VALOR DA PROVISÃO					
		No Exercício		Provisão	Depósitos		No Exercício		Provisão	Depósitos
		Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais
Não circulante										
Trabalhistas / Regulatórias										
Diversos		-	B.1	1.167	6.864	1.412	-	-	5.697	333
	Total Trabalhistas	-		1.167	6.864	1.412	-	-	5.697	333
Total não circulante		-		1.167	6.864	1.412	-	-	5.697	333

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$ 6.844 mil.

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

20.b – Provisões com benefícios pós-emprego (Ver nota 31 – Plano de aposentadoria):

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	583	583	653	653
Total	583	583	653	653

21. Outros credores, obrigações sociais e trabalhistas e tributos diferidos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017		31/12/2016	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Folha de Pagamento - Incluindo PDV	-	-	228	-	245	-
Fundação Celg de Seguros e Previdência - Eletra	10	7	101	-	168	-
Empréstimos Consignados	3	3	368	-	429	-
Tributos Retidos na Fonte	-	-	403	-	668	-
Tributos Diferidos (a)	-	-	-	141.944	-	118.975
Outros	30	4	246	-	207	-
TOTAL	43	14	1.346	141.944	1.717	118.975

a- Segue abaixo a composição dos Tributos Diferidos na posição patrimonial consolidada.

	CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de renda diferido		
Diferenças temporárias passivas	27	534
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	15.138	9.267
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	91.632	82.312
Diferenças temporárias ativas	(2.455)	(4.730)
	104.342	87.383
Contribuição social diferida		
Diferenças temporárias passivas	10	193
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	5.450	3.336
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	32.987	29.632
Diferenças temporárias ativas	(854)	(1.675)
	37.593	31.486
PIS diferido ¹		
Diferenças temporárias passivas	1	15
	1	15
COFINS diferida ¹		
Diferenças temporárias passivas	8	91
	8	91

1 Tributos sobre provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e, sobre ajuste ao valor justo de títulos públicos (receitas financeiras).

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	30/06/2017	NO PERÍODO	31/12/2016
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(2.862.669)	-	(2.862.669)
(+/-) Resultado Acumulado no Período	77.564	77.564	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.811.341)	77.564	(1.888.905)
Outros Resultados Abrangentes	(11.721)	-	(11.721)
Total do Patrimônio Líquido	(1.823.062)	77.564	(1.900.626)

- (a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;
- (b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiaspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento detido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Celg D, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.

O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;

- (c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, pretende capitalizar, nos próximos exercícios sociais, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 30 de junho de 2017 o montante de R\$ 1.422.416 mil (Ver NE 12). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT.
- (d) Os outros resultados abrangentes se referem ao seguinte: 1) Reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma, no montante de R\$ 11.068 mil; 2) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Celgpar, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 583 mil (Ver Nota 31); e 3) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Controlada Celg GT, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 70 mil.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita de suprimento de curto prazo, receitas de construção, outras receitas e deduções da receita

	CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016
Suprimento (23.1)	1.823	3.736
Receita de Construção (23.2) (23.3)	29.619	19.870
Outras Receitas (23.3)	96.038	35.464
(-) Deduções da Receita (23.4)	(9.297)	(13.723)
Total receita operacional líquida	118.183	45.347

23.1 A composição da receita de suprimento de curto prazo é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	30/06/2017	30/06/2016
Suprimento	1.823	3.736
Total Geral	1.823	3.736

23.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ITG 01 (Contratos de Concessão) e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento dos trimestres findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 29.619 mil e R\$ 19.870 mil respectivamente.

23.3 Outras Receitas:

23.3.1 – Outras Receitas - Componentes da Receita Bruta:

	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	30/06/2017	30/06/2016
Serviços de Operação e Manutenção (a)	23.913	29.765
Serviços de Construção	29.619	19.870
Financeira da Concessão	34.846	5.699
Receita Laudo RBSE/RPC (b)	37.279	-
Total	125.657	55.334

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Ver Nota Explicativa nº 10, referente ao reconhecimento de ajuste a valor justo dos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão.

23.3.2 – Outras Receitas Operacionais:

DESCRIÇÃO - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
CUSTOS DE TRANSAÇÃO NÃO INCORRIDOS - ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE	60	-	60	-
VENDA DA FOLHA DE PAGAMENTO DA CELGP - CAIXA	-	860	-	860
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	238	95
TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	60	860	298	955

23.4 Deduções da Receita:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016
PIS	580	574
COFINS	2.673	2.640
Quota para reserva global de reversão	-	780
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	92	65
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH	135	168
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	209	179
Conta de desenvolvimento energético	4.320	7.931
Outros encargos - PROINFA	1.288	1.386
Total	9.297	13.723

24. Custos, despesas operacionais e outras despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Trimestre, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal e Administradores	1.570	879	1.570	879
Material	2	-	2	-
Serviços de Terceiros	196	264	196	264
Depreciação/Amortização	1	1	1	1
Tributos	209	91	209	91
Outras	111	95	111	95
TOTAL	2.089	1.330	2.089	1.330

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO					
	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS		TOTAL	
	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Energia Elétrica Comprada para Revenda	34	-	-	-	34	-
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	276	688	-	-	276	688
Pessoal e Administradores	7.259	9.266	10.687	9.898	17.946	19.164
Material	25	72	317	128	342	200
Serviços de Terceiros	2.757	2.146	2.008	2.037	4.765	4.183
Depreciação/Amortização	152	820	321	3	473	823
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	71	18	-	-	71	18
Provisão/Reversão para Contingências	687	320	872	239	1.559	559
Provisão/Reversão para Redução ao Valor Recuperável	-	5.746	-	-	-	5.746
Tributos	-	469	512	250	512	719
Recuperação de Custos/Despesas	-	(37)	(9)	(35)	(9)	(72)
Custos de Construção	29.619	19.796	-	-	29.619	19.796
Outras	162	241	517	564	679	805
TOTAL	41.042	39.545	15.225	13.084	56.267	52.629

25. Seguros

A Companhia e sua Controlada, em 30 de junho de 2017, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, evidencia-se abaixo a posição das tratativas acerca deste assunto:

- 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuou, ao longo do exercício de 2014, uma pré-análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão. Não obstante a isto, e considerando as tratativas vinculadas ao laudo elaborado por conta da definição do Valor Novo de Reposição dos Ativos de Transmissão não indenizados, a Administração da Controlada optou por avançar com estas definições ao longo dos exercícios de 2015 e 2016, no sentido de se contemplar os resultados conciliados desta avaliação depurando, por sua vez, possíveis sobras contábeis advindas deste processo. Esta definição deverá avançar para o exercício de 2017, em função de que os resultados da avaliação foram homologados pela Aneel, e reconhecidos pela Controlada no 3º trimestre de 2016.

26. Encargos financeiros e efeitos inflacionários

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no trimestre findo em 30 de junho de 2017, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

27. Remuneração dos administradores e empregados

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar e de sua Controlada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No trimestre findo em junho de 2017, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

permanentes, relativas ao mês de junho/2017, foram R\$38 mil e R\$4 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$38 mil e R\$4 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 30 de junho de 2017:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			TOTAL
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	
Número de Membros	9	5	3	17
Remuneração Fixa até o final do Exercício	216	120	684	1.020
Salário ou pró-labore	216	120	684	1.020
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	216	120	684	1.020

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e Um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 30 de junho de 2017:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3
Valor da maior remuneração individual	4	4	38
Valor da menor remuneração individual	4	4	38
Valor médio da remuneração individual	4	4	38

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e Um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pel

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2017 - 30/06/2017	01/01/2016 - 30/06/2016	01/01/2017 - 30/06/2017	01/01/2016 - 30/06/2016
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	317	106
Rendas	38.212	3.973	40.225	10.778
Outras	-	-	1	357
Total das Receitas	38.212	3.973	40.543	11.241
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(133)	(128)
Encargos de Dívidas	(157)	(70.559)	(1.021)	(71.296)
Outras - inclui IOF	(3.016)	-	(3.038)	(21)
Total das Despesas	(3.173)	(70.559)	(4.192)	(71.445)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	35.039	(66.586)	36.351	(60.204)

29. Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Contribuição social corrente	2.971	-	2.971	214
Imposto de renda corrente	8.240	-	8.240	586
	11.211	-	11.211	800
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contribuição social diferida	-	-	6.107	-
Imposto de renda diferido	-	-	16.959	-
	-	-	23.066	-
	11.211	-	34.277	800

As despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos os valores líquidos destes efeitos fiscais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado consolidado está demonstrada abaixo:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Resultado Líquido antes dos impostos	88.775	63.230	111.841	64.030
Tributos sobre o lucro a alíquota nominal de 34%	30.184	21.498	56.986	24.252
Diferenças permanentes	(18.973)	(21.498)	(23.348)	(24.036)
Diferenças temporárias	-	-	(23.066)	944
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	-	-	(348)
Diferencial de alíquota de imposto de renda	-	-	-	(12)
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.211	0	11.211	800
Diferenças temporárias	-	-	23.066	-
Diferenças temporárias de exercícios anteriores	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	23.066	-
Tributos sobre o lucro	11.211	0	34.277	800
Alíquota fiscal efetiva dos tributos sobre o lucro	12,6%	0,0%	30,6%	1,2%

30. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no trimestre findo em 30 de junho de 2017 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o trimestre findo em 30 de junho de 2016 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	30/06/2017	30/06/2016
Lucro Líquido do Período Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	77.564	63.230
Total	77.564	63.230
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária	2,367	1,929

31. Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 38 – R3 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e a NBC TG 39 – R3 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R2 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e sua Controlada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Controlada Celg GT compreendem, principalmente, a geração e transmissão de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. Porém, a Controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis, e vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir este tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas mantidas e operadas pela Controlada no âmbito dos seus contratos de concessão. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia, ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Este risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

32. Transações com partes relacionadas

As principais operações realizadas com a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, e o Acionista Controlador Estado de Goiás, podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativo Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	2.714	1.789	-	-
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (3)	57.952	57.952	-	-
TOTAL:	60.666	59.741	-	-
Ativo Não Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	3.211	5.218	-	-
TOTAL DO ATIVO:	3.211	5.218	-	-
Passivo Não Circulante				
Estado de Goiás (1)	2.026.730	2.157.785	2.026.730	2.157.785
TOTAL DO PASSIVO:	2.026.730	2.157.785	2.026.730	2.157.785

- (1) Refere-se ao Contrato de Assunção de Dívida efetuado pelo Estado de Goiás com a Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014;
(2) Contrato de Mútuo Financeiro firmado entre a Celgpar e a Celg GT, assinado em 28 de dezembro de 2016;
(3) Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pela Celg GT, em 31.12.2016.

33. Plano de aposentadoria

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICAS	CONTROLADORA 30/06/2017
Participantes Ativos	3
Idade Média (anos)	51
Salário Médio (R\$)	5.754
Aposentados Válidos	1
Idade Média (anos)	58
Benefício Médio (R\$)	5.899
Aposentados Inválidos	-
Idade Média (anos)	-
Benefício Médio (R\$)	-
Pensionistas (número de beneficiários)	-
Idade Média (anos)	-
Benefício Médio (R\$)	-

d) Custo do Patrocinador

Até o final do trimestre findo em 30 de junho de 2017, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 44 mil.

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias:

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), o Plano Celgprev apresentou montante para Valor da Obrigação Atuarial do Plano, comparativamente aos resultados de 31/12/2015, a qual foi oriunda, fundamentalmente, da concessão de benefício programado, na modalidade de Benefício Definido, uma vez que no período de acumulação, a formação de reserva desse benefício decorre da acumulação de saldos de conta (Fundo Individual e Patrocinadora). Desta forma foi efetuado o reconhecimento de passivo atuarial no

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor de R\$ 583 mil, contra resultados abrangentes, à luz da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados).

34. Outras informações

a. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

A Controlada Celg GT, mesmo com o contrato de concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos vencido, continua com a operação, manutenção e administração da mesma. No entanto, o MME, através da Portaria nº. 190, de 6 junho de 2013, designou como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica desta Usina a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. Após isto, o MME revogou esta portaria, editando a Portaria nº. 352, de 10 de outubro de 2013, designando novamente a Controlada Celg GT como responsável pela Usina, a partir de 1º de novembro de 2013, sendo que esta prestação do serviço de geração de energia será realizada até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, aponta que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações.

Neste sentido, foram implementadas todas as medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, sendo que estas medidas se encontram na esfera judicial com os seguintes andamentos:

- O Processo Judicial referente às Concessões de Geração requer o reconhecimento do direito adquirido de prorrogar a concessão da Usina de São Domingos por mais 20 (vinte) anos, em decorrência da aplicação dos termos do Contrato de Concessão 062/2000 e da Celg GT ter cumprido todas as condições impostas para a obtenção da prorrogação. Requer em pedido alternativo a quantificação da indenização desta Usina para fins de não prorrogação do Contrato de Concessão. Para Usina de Rochedo, foi requerido o reconhecimento da possibilidade de sua ampliação nos termos do contrato 062/2000 e não conforme o regime de cotas definido na MP 579/2012;

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O Processo Judicial referente à Concessão de Transmissão requer a elaboração de novo cálculo da RAP (Receita Anual Permitida), considerando-se os reais custos de operação do sistema, e a majoração da indenização dos ativos de transmissão, garantindo o direito ao contraditório na elaboração destes cálculos.

Ambos processos judiciais encontram-se em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em grau de recurso pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT.

b. Conciliação entre o Prejuízo Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o prejuízo líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	77.564	63.230	77.564	63.230
MAIS	3.174	70.560	59.898	98.342
Depreciação	1	1	473	823
Custo da Construção	-	-	29.619	19.796
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	71	18
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	3.173	70.559	5.327	71.212
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	-	50	149
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	5.746
Diferimento de Tributos	-	-	23.066	39
MENOS	(93.977)	(134.259)	(153.331)	(166.328)
Ganho de Equivalência Patrimonial	(55.765)	(130.286)	(13.276)	(130.561)
Receita da Construção	-	-	(29.619)	(19.870)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	(38.212)	(3.973)	(38.212)	(10.172)
Outras Receitas Operacionais	-	-	(99)	(26)
Receita Financeira da Concessão	-	-	(34.846)	(5.699)
Receita operacional - Laudo RBSE/RPC	-	-	(37.279)	-
AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	(260.207)	(730)	(253.592)	6.629
Contas a receber	-	-	8.232	526
Créditos fiscais	-	-	390	(1.234)
Outros devedores	(244)	18	(243)	641
Estoques	-	-	(854)	-
Despesas pagas antecipadamente	(23)	-	(255)	(227)
Fornecedores	(25)	(20)	350	380
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	8	(1.147)	1.218
Tributos e contribuições sociais	(290.355)	46	(290.017)	1.457
Obrigações estimadas	154	60	154	60
Encargos Setoriais	-	-	(198)	212
Benefício Pós-Emprego	-	-	(70)	(69)
Outros credores	29	(860)	(191)	(891)
Receitas financeiras recebidas	-	-	-	438
Despesas financeiras pagas	-	-	-	(326)
Tributos sobre o lucro	-	-	-	(556)
Outras variações ativas e passivas	30.257	18	30.257	18
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	-	4.982
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(273.446)	(1.199)	(269.461)	1.873

c. Autorização para Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Financeiras Intermediárias são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 30 de junho de 2017, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Demonstrações.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30 de junho de 2017 da Celgpar tiveram sua emissão autorizada no âmbito da Diretoria em 14 de agosto de 2017, e foram apreciadas no âmbito do Conselho Fiscal em 14 de agosto de 2017.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Continuidade Operacional

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- i. No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 30 junho de 2017 o montante de R\$ 1.422.416 mil (Ver NE 12);
- ii. Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- iii. Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão.

e. Registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações de Emissão da Companhia Celg de Participações - Celgpar

Em 3 de julho de 2015, a Celgpar, por solicitação do Governo do Estado de Goiás, seu acionista controlador, divulgou e comunicou Fato Relevante através do qual informou que procedeu o registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações da Celgpar – OPA, que visa a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia em circulação, ou seja, 74.389 (setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e nove) ações, representativas de 0,2270% (dois mil, duzentos e setenta décimos de milésimos por cento) do capital social da Celgpar, com vistas ao posterior cancelamento do registro de Companhia Aberta da Celgpar. Por meio de Comunicado ao Mercado, a Celgpar informou que o edital de oferta pública para a aquisição da totalidade das ações encontrava-se à disposição de todos os acionistas, tendo o leilão ocorrido no dia 30 de agosto de 2016. O resultado do leilão, conforme Fato Relevante divulgado em 6 de setembro de 2016, determinou o insucesso da OPA, permanecendo a Celgpar registrada na pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta categoria “A”, e mantida a listagem das ações de sua emissão no seguimento tradicional da BM&FBovespa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias

Membros: Simão Cirineu Dias, José Fernando Navarrete Pena, Elie El Chiciac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Flávio Lopes de Assis, Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva, Sérgio Augusto Inácio de Oliveira, Nion Albernaz.

CONSELHO DE FISCAL

Presidente: Enio Pascoal

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Leonardo Michelsem Monteiro de Barros.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor-Presidente

CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
**Diretor Vice-Presidente e de relações
com Investidores**
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador – CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91